

Senado contorna obstáculos e aprova acordo da dívida

JEFERSON PINHEIRO

Por 61 votos a favor, seis contra e uma abstenção, o Senado aprovou às 22h de ontem o acordo fechado pelo Brasil com os bancos privados para a rolagem dos juros atrasados da dívida externa. O PMDB, que demonstrara seu poder de fogo negando quorum para essa decisão na terça-feira, compareceu em peso e votou quase todo a favor do relatório, favorável ao texto do Governo, que fizera um de seus membros, o senador Ronan Tito (MG). Além disso, o presidente do partido, Orestes Quércia, terminou por curvar-se ao que era a intenção manifesta da bancada e deixou de colocar obstáculos à votação. Apesar disso a sessão foi bastante longa.

Convocada para o final da tarde de ontem para votar a matéria, a sessão extraordinária ameaçou ser tumultuada. Logo no início, dois senadores — Eduardo Suplicy (PT-SP) e Coutinho Jorge (PMDB-PA) — apresentaram emendas ao relatório. Isto significava dizer que o acordo voltaria para a Comissão de Economia para que fossem analisadas as emendas. Em plenário, Ronan Tito contornou o possível adiamento da votação.

O relator concordou em alterar o texto acatando a sugestão do senador Eduardo Suplicy de que todos os acordos têm que chegar a casa antecipadamente e devidamente traduzidos. Ronan Tito ainda convenceu seu correligionário, Coutinho Jorge, de que sua idéia de solicitar relatórios mensais sobre a capacidade de pagamento do País poderia ser substituída pela convocação constante do presidente do Banco Central para fornecer os dados. Resultado: ambos retiraram suas emendas.

A sessão, no entanto, se prolongou. O senador Mário Covas, por exemplo, falou longamente sobre a "melhor das negociações que já se fez", parabenizou o embaixador Jório Dauster por sua "intransigência" com os ban-



Os senadores Simon, Benevides e Suplicy: afinal, o acordo passa

cos credores privados e lamentou o "estilo soft" do novo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira.

Como será — Com a aprovação pelo Senado do acordo fechado com os bancos privados sobre os juros atrasados da dívida externa, dentro de dez dias o Brasil vai desembolsar 900 milhões de dólares. É a primeira das sete parcelas que o Governo se comprometeu a pagar em dinheiro, até o final do ano, num total de 2 bilhões de dólares.

O restante dos juros acumulados, que no total somam 8,5 bilhões de dólares, serão pagos em bônus com prazo de dez anos e três de carência. Essa segunda parte só entra em vigor se e quando os bancos credores internacionais concordarem em negociar o principal da dívida. O acordo foi fechado pelo Governo com o comitê dos bancos credores no dia 8 de abril passado e, em maio, foi assinado o protocolo (term-sheet) em Nova Iorque.

Mas ele só tem validade com a aprovação do Senado.

Aos senadores coube analisar, por exemplo, se esse acordo não fere a capacidade interna de pagamento do País. Para conhecer esses dados e melhor compreender o acordo negociado, os senadores ouviram por três vezes o então encarregado da negociação da dívida externa, embaixador Jório Dauster.

Otimismo — Em Washington, o presidente Fernando Collor disse ter sido informado sobre a aprovação do acordo pela Comissão de Economia do Senado. Antecipou, contudo, que só se pronunciaria a respeito após a apreciação e votação no plenário. Apenas concordou em falar da sua expectativa:

— Eu tenho a confiança de que isso — a aprovação — venha a acontecer. Eu acho que isto favorece o Brasil, e eu vou já abrir as portas para rapidamente reiniciarmos as negociações da dívida de médio e longo prazos.